

Governo Bolsonaro mostra mais uma vez seu autoritarismo institucional

O Governo Bolsonaro, não bastassem as trapalhadas cotidianas, volta a dar mostras de autoritarismo escroto, no sentido vil da palavra. Não fossem suficientes as “idiotices administrativas e afins”, o “absolutismo” fajuto - para brincar com o sentido da palavra, mesmo não sendo o momento – quer cercear discussões políticas em um local, que por si só, já é berço para tais “prosas”.

Parece que a acefalia é uma constante nesse governo de patifarias. É esdruxulo, é ridículo, é caótico, poderia ser cômico, não fosse trágico, o comportamento rasteiro do Governo Federal. Se fosse possível humanizar as ações do governo, certamente elas se encaixariam em uma conduta psicopática. É fato que não existe remorso nas ações oriundas de Brasília.

Em mais uma aberração institucional, o Ministério da Educação (MEC), encaminhou ofício às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), na qual, defende a adoção de medidas para “prevenir e punir atos político-partidários nas instituições públicas federais de ensino”.

Tal medida coloca o Brasil na linha tênue entre a democracia

e o autoritarismo. Mas, mesmo dentro da democracia vivida no Brasil, e que muito orgulha os brasileiros, ainda existem lapsos de medidas de exceção, quando a Controladoria-Geral da União inicia processo contra dois professores da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel) por criticarem Jair Bolsonaro nas redes sociais.

Segundo informações, a orientação do ministério - comandado por Milton Ribeiro - tem como base uma recomendação feita em 2019 pelo procurador-chefe da República em Goiás, o bolsonarista Ailton Benedito de Souza.

Na redação do ofício o MEC faz referência ao texto do procurador e alega caber punição a comentários os atos políticos registrados "no espaço físico onde funcionam os serviços públicos; bem assim, ao se utilizarem páginas eletrônicas oficiais, redes de comunicações e outros meios institucionais para promover atos dessa natureza".

O ofício, assinado pelo diretor de Desenvolvimento da Rede de Ifes, Eduardo Gomes Salgado também diz que a “promoção de eventos, protestos, manifestações etc. de natureza



político-partidária, contrários ou favoráveis ao governo, caracteriza imoralidade administrativa”.

No ano passado, porém, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou, por unanimidade, que os atos contra a liberdade de expressão professores e alunos são inconstitucionais, bem como as tentativas para impedir a difusão de pensamento ou a propagação de ideologias no ambiente universitário.

Com informações repassadas site brasil247.com.

CALENDÁRIO DE VACINAÇÃO

ATENÇÃO APOSENTADOS DO SINDSEP/MA
VEJA SEU DIA DE VACINAÇÃO

IDOSOS JÁ CADASTRADOS NO #VACINASÃO LUÍS

4/MAR
(Quinta)

5/MAR
(Sexta)

8/MAR
(Segunda)

Idosos de 77 anos

Manhã: nascidos de JAN a JUN
Tarde: nascidos de JUL a DEZ

Idosos de 76 anos

Manhã: nascidos de JAN a JUN
Tarde: nascidos de JUL a DEZ

Idosos de 75 anos

Manhã: nascidos de JAN a JUN
Tarde: nascidos de JUL a DEZ

DOCUMENTO NECESSÁRIO:

- Documento oficial com foto

LOCAIS DE VACINAÇÃO:

- Centro Municipal de Vacinação (Multicenter Sebrae Cohafuma) ou Drive Thru (UFMA)

- Atendimento das 8 às 17h

Pressão agora será na Câmara

Por 62 votos a 16, o Senado aprovou, nesta quarta-feira, 3, em primeiro turno, o substitutivo à PEC 186. O texto mistura o auxílio emergencial com "gatilhos" que provocarão congelamento de salários, concursos, promoções, etc. Também são extintos diversos fundos públicos.

O argumento chantagista do governo foi claro: a condição para aprovar o auxílio é fazer concessões ao "mercado", quer dizer, benefícios ao capital financeiro. E, para isso, é preciso retirar dinheiro dos serviços públicos.

A versão aprovada é a quarta. Desde a primeira o sentido geral das modificações foi de recuos parciais do governo em virtude da pressão social (na enquete aberta pelo Senado, por exemplo, houve quase 290 mil votos NÃO e menos de 8 mil votos sim). Uma avaliação mais precisa será feita após a votação de segundo turno e destaques, prevista para esta quinta-feira.

Entre as novidades do texto apresentado hoje está a criação de um limite para gastos com o auxílio. Isso bloqueia a possibilidade dele chegar a R\$ 600 (é difícil até de chegar nos R\$ 250 falados pelo governo).

O projeto é um duro ataque. Com uma mão, o governo oferece uma miséria de auxílio emergenci-

al para, com a outra, retirar o dobro do que deu. Isso porque é a população mais vulnerável, alvo do auxílio, a que mais depende dos serviços públicos que faltarão se a PEC for aprovada na Câmara.

Também é um alerta do que esse governo pode fazer para impor os demais pontos de sua contra-reforma administrativa (PEC 32 e outras), cuja discussão e votação pode ocorrer logo em seguida.

Por isso é preciso intensificar a campanha de mobilização dos servidores dos três níveis, federal, estadual e municipal e, agora, transferir toda a pressão sobre os deputados federais.

Fonte: Condsef

Lockdown: Conselho Federal de Enfermagem pede bloqueio nacional para evitar colapso

Um dia após o Brasil registrar o maior número de mortes por covid-19 desde o início da pandemia, o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), divulgou comunicado sobre a necessidade de "bloqueio total das atividades não essenciais em todo o território nacional" e ressalta que "somente a vacinação em massa, aliada às medidas de biossegurança, poderão conter o avanço da pandemia".

"São necessárias medidas urgentes e articuladas, entre a União Federal, Estados e Municípios, para evitar o colapso sanitário, que já se evidencia em várias cidades brasileiras", diz o texto.

O Cofen ressalta que compete ao governo federal "intensificar esforços para a aquisição de vacinas e insumos ne-

cessários para a aplicação, com apoio dos entes federativos".

O conselho também reforça a necessidade de extensão do auxílio emergencial para a população de baixa renda, e adoção de medidas econômicas para a manutenção de empregos e a sustentabilidade de pequenas e médias empresas.

"É necessário que o Ministério da Saúde realize campanha informativa permanente, com medidas de prevenção e controle da covid-19, baseadas em evidências científicas".

O Cofen também pede a ampliação dos leitos em unidades de terapia intensiva, a contratação de recursos humanos e aquisição de insumos que permitam a assistência adequada nas unidades de saúde. "É fundamental a testagem em massa, para melhor controle das

transmissões, e a redução da circulação de pessoas".

Vacinas

O Ministério da Saúde afirmou nesta quarta-feira (3) que "já possui contratos alinhados" para a compra da vacina russa Sputnik V e anunciou que serão disponibilizadas em março mais 4 milhões de doses da vacina AstraZeneca/Oxford produzidas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

A pasta também informa que assinou o contrato com o laboratório Precisa Medicamentos/Bharat Biotech, para compra de 20 milhões de doses da vacina indiana Covaxin. Desse total, 8 milhões já devem estar disponíveis para o Programa Nacional de Imunizações (PNI) ainda este mês.

Fonte: CUT